

ATA NÚMERO TRÊS

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA REALIZADA NO DIA TRINTA DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE

___ Aos trinta dias do mês de julho do ano dois mil e vinte reuniram em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem do Dia: _____

1. Recomendação - Declaração de Interesse Público - Ocupação de solos com prédio rústico de apoio à atividade aquícola - Arroteia; _____
2. Recomendação - Pela requalificação do Centro de Experimentação Agrária de Tavira; _____
3. Apreciação e votação da proposta número 198/2020/CM – Auditor externo responsável pela certidão legal de contas; _____
4. Apreciação e votação da proposta número 207/2020/CM – Regulamento do programa municipal de apoio ao arrendamento – versão final; _____
5. Apreciação e votação da proposta número 224/2020/CM – 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Plano de Recrutamento para 2020; _____
6. Apreciação e votação da proposta número 225/2020/CM – Aquisição de energia elétrica em regime de mercado liberalizado ao abrigo do Acordo Quadro da AMAL com anúncio de procedimento n.º 10962/2017 do Diário da República, II Série, n.º 248 de 28 de dezembro de 2017 e no JOUE S250 de 30 de dezembro, para instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT) – Aprovação do procedimento e dos compromissos plurianuais; _____
7. Apreciação e votação da proposta número 228/2020/CM – Prestação de Contas Consolidadas 2019. _

___ **O Presidente da Assembleia Municipal**, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e vinte minutos. _____

___ Cumprimentou os presentes e o público que estava a assistir *online*. _____

___ Disse que aquela era uma reunião extraordinária por força da Lei, que tinha que ser realizada de forma presencial para os membros da Assembleia Municipal, mas não para o público, uma vez que, como podiam verificar, apenas daquele modo conseguiam cumprir o distanciamento social que seria totalmente impossível se houve público a assistir. Portanto, certamente que o público estaria a acompanhar já tendo

procedido à respetiva inscrição para as questões que pretendiam ver respondidas naquela Assembleia Municipal. _____

___ Referiu que também queria justificar a razão por que a sessão estava a ser realizada daquele modo e não à distância como tinha acontecido na anterior. Apesar de saberem que a legislação que deixava de permitir que as sessões se realizassem por videoconferência a partir de trinta de junho iria ser alterada prolongada até trinta de dezembro, a alteração apenas tinha sido publicada dois dias antes daquela sessão. Tinha ponderado alterar a convocatória todavia depois de todo o trabalho que havia sido realizado e a menos de quarenta e oito horas da sua realização tinha decidido mante-la nos mesmos moldes em que inicialmente estava prevista, sendo que os deputados municipais julgariam o que consideravam melhor ou pior, mas permitiam-lhe que apresentasse aquela justificação, porque a decisão tinha que ter sido tomada, ou voltar atrás o que provavelmente aconteceria na sessão seguinte, mas para o que também pretendia ouvir a opinião dos deputados municipais. Falava na sessão seguinte porque iriam realizar uma nova sessão extraordinária durante o mês de agosto por questões, que embora algumas delas já pudessem ter sido apresentadas naquela sessão, por força da lei, tratando-se de uma Assembleia Municipal Extraordinária não podiam ser aditados novos pontos, razão pelo que, para solucionar algumas questões nomeadamente relativas ao pessoal para as escolas, às juntas de freguesia, o que eram assuntos muito importantes, teriam que realizar nova Assembleia Municipal Extraordinária. _____

___ Lamentava o facto de provavelmente muitos estarem de férias, mas tinham mesmo que a realizar para não atrasarem uma série de situações que tinham que acontecer. Sabia que o mês de agosto era sempre muito complicado mas teriam que realizar a Assembleia Municipal, provavelmente na terceira semana. _____

___ Pelo **Presidente da Assembleia Municipal** foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os deputados municipais, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues, Ilídio Manuel de Sousa Martins, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Otília Martins Cardeira, Muriel Cristina Dias, Narciso dos Reis Martins Barradas, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Pedro Miguel Entrudo Soares, Sílvia Alexandra Sanches Soares, Virgílio António Horta e Vitor Manuel do Nascimento Palmeira. _____

___ A Deputada Municipal Carla Patrícia Maié Martins entrou na sala pelas vinte e uma horas e vinte e quatro minutos. _____

___ A Deputada Municipal Maria José Dias Palma Simão Mestre entrou na sala pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. _____

___ Os deputados municipais Luís Filipe Albino Silva e Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira entraram na sala pelas vinte e uma horas e trinta minutos. _____

___ A Deputada Municipal Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa entrou na sala pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos. _____

___ O Deputado Municipal Ângelo Filie Silva Pereira faltou à sessão. _____

___ A Deputada Municipal Elsa Maria da Conceição Martins solicitou substituição tendo sido substituída por Luís Filipe Albino Silva. _____

___ O Deputado Municipal Hugo Daniel Santos Gomes solicitou a substituição tendo sido substituído por Leonardo António Gonçalves Martins. _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu aos presentes que cumprissem as regras estabelecidas pela Direção-Geral de Saúde (DGS), que apesar de estar calor mantivessem as máscaras colocadas apenas retirando quando estivessem a usar da palavra uma vez que com a máscara colocada seria difícil perceberem-se. Fazia aquele pedido até porque estando a ser filmados para o público em geral não podiam dar maus exemplos como por vezes acontecia na Assembleia da República que era o local onde deveriam de ser dados os melhores exemplos. _____

___ **A sessão daquele dia não tinha muitos pontos na ordem do dia, contendo duas recomendações e cinco propostas, pelo que iriam iniciar com a Recomendação - Declaração de Interesse Público - Ocupação de solos com prédio rústico de apoio à atividade aquícola – Arroteia que estava relacionada com uma ocupação de solos por parte de uma empresa que se dedicava à atividade aquícola e cuja sede se localizava no concelho de Olhão, mas que ocupava um terreno no concelho de Tavira, na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, e que tinha remetido um documento naquele sentido.** _____

___ Passou a palavra para que os deputados municipais se pronunciassem sobre o assunto. _____

___ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que naquela declaração de interesse público municipal subsistiam algumas dúvidas que não vinham esclarecidas nos documentos o que fazia com que colocasse algumas questões. _____

___ Pelo enquadramento e nos fotogramas tinha-lhes parecido que se tratava de uma zona onde existiam habitações particulares e estava localizada junto à zona agrícola embora perto da água. O que não conseguiam perceber era se naquela zona realmente, os particulares e aquela atividade, estavam todos de acordo, se não existiam entraves, sendo que lhe parecia que aquele tipo de atividades tinha paralelo com algumas questões que tinham acontecido nas Quatro Águas e que tinham começado por explorações que de facto tinham bastante interesse quer a nível comercial, quer a nível de emprego, quer do próprio ambiente, mas que se tinham acabado por degradar em situações que estavam há anos por resolver, que, e usando uma palavra forte, os envergonhava quando olhavam para elas. Não citava nomes mas todos conheciam muito bem todas aquelas situações. _____

___ Desconhecia aquela questão em particular mas temia, pelo que tinha lido, que pudesse estar no limite visto que tinha sido colocada uma espécie de *roulotte* com um avançado sendo uma situação que não lhe parecia ter qualquer enquadramento no local sobretudo havendo vizinhos. _____

___ Como não existia qualquer documento de suporte que pudesse esclarecer exatamente do que se tratava colocava aquelas questões para poder perceber melhor. _____

___ **O Deputado Municipal Artur Sanina** disse que relativamente àquela recomendação de interesse público tinham tido alguma dificuldade em analisar porque uma recomendação de interesse público tinha diversas variantes não se devendo apenas cingir a uma legalização de um prédio que servia de apoio a uma atividade de uma empresa francesa que era a exploração de bivalves. _____

___ Tinham tido a preocupação de verificar o Decreto-Lei n.º 92/2009 que especificava quais eram as espécies exóticas que não eram permitidas na Ria Formosa. Não tinham podido verificar se a ostra que estava a ser utilizada naquela exploração era francesa ou portuguesa, mas sabiam dos problemas graves que tinham existido com a ostra francesa a nível da Ria Formosa dado que a mesma possuía um vírus e que tinha sido geneticamente alterada para poder sobreviver em águas mais contaminadas e que, portanto, tinha tido um resultado muito negativo noutras zonas do Algarve em que tinha matado as outras espécies que estavam à volta da exploração aquícola. _____

___ Num estudo que também tinha sido efetuado era indicado que a ostra necessitava de oxigenação da água e de alimentação cem vezes superior à ameijoia, ou seja, a ostra estava a matar todas as espécies nos locais onde estava a ser implantada, nomeadamente a ameijoia que era um dos ex-líbris da Dieta Mediterrânica (DM), portanto, não lhe parecia que deviam de considerar de interesse público uma empresa francesa, que sabiam estarem com dificuldades no seu país estando-se a implementar no Algarve com aquelas ostras para comercialização com resultados bastante negativos em relação à reprodução, com mortes das espécies e outras. _____

___ Questionava o que trazia aquela recomendação de interesse público para a Ria Formosa, qual era o enriquecimento também para a população em termos económicos. _____

___ Considerava que não deveriam de declarar de interesse público uma empresa apenas pelo facto de a empresa estar ilegal, tendo iniciado a sua atividade ilegalmente e presentemente pretender-se legalizar utilizando para tal o pedido de declaração de interesse público na Assembleia Municipal de Tavira pois não pretendia ver a Assembleia Municipal reconhecer o interesse público e estar em simultâneo a contribuir para questões que poderiam ter consequências negativas para a Ria Formosa ao nível das espécies que tinham que ser salvaguardadas especialmente as relacionadas com a DM. _____

___ Continuou questionando se a Câmara Municipal ou os seus colegas naquela Assembleia Municipal tinham conhecimento o que aquela... _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu dizendo que o Deputado Municipal Artur Sanina estava a fazer uma citação sobre o que não se enquadrava naquela recomendação pois o que

estava em causa era um terreno que não estava relacionado com a exploração das ostras que até eram exploradas no concelho vizinho. _____

___ **O Deputado Municipal Artur Sanina** disse que todavia se inseria na atividade da empresa. _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a declaração ou não do interesse público, que veriam a seguir, nada tinha a ver com a exploração, que a empresa não pararia tendo apenas que alterar a localização do apoio pelo que a situação relativa às ostras, às amêijoas, naquele caso não tinha interesse. _____

___ **O Deputado Municipal Artur Sanina** disse que aquela era a opinião do Presidente da Assembleia Municipal, que respeitava. _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que, de facto, era a sua opinião e que estavam ali a discutir o interesse público de um terreno, pelo que passava a responder ao Deputado Municipal Jorge Corvo. _____

___ A apresentação daquela recomendação era o resultado de um processo que estava na Assembleia Municipal desde dezembro do ano de dois mil e dezanove que, ao contrário do que o Deputado Municipal Artur Sanina tinha dito que tinha estudado o processo e estava a falar na exploração das ostras, se referia a um armazém que estavam a utilizar para guardar as ostras, sendo que a sua exploração era efetuada noutro local que por acaso nem era no concelho de Tavira. Tratava-se de um processo que estava na Câmara Municipal, sobre o que os vizinhos já tinham apresentado queixas porque estava localizado perto de habitações como o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha referido, os proprietários da empresa tinham adquirido um terreno rústico tendo colocado nele um armazém. _____

___ Era pois o que estava em causa, sendo que tinham tentado legalizar, o que não tinham conseguido, porque aquele terreno estava em Reserva Agrícola Nacional (RAN), no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), em Reserva Ecológica Nacional (REN), em aproveitamento hidroagrícola, na Rede Natura, ou seja em todos os locais onde não era possível construir, pelo que como último recurso tinham pedido a declaração de interesse público municipal. _____

___ Os deputados municipais podiam questionar a razão por que a recomendação era apresentada sendo que, após os vários pareceres que tinha solicitado, e eram muitos, os serviços jurídicos tinham acabado por lhe dizer que não se tratava de uma situação jurídica, mas sim política, que assim sendo, tinha que ser ali apresentada, que era o local certo. Ninguém estava a defender que fosse de interesse municipal, até porque a empresa nem sequer pagava impostos em Tavira, pelo que colocava à consideração da Assembleia Municipal a decisão que iriam tomar. _____

___ O que tinha referido e em resposta à citação do Deputado Municipal Artur Sanina, era que a exploração de ostras, com todos os benefícios ou prejuízos que pudesse ter, nada tinha a ver com o facto de a empresa utilizar aquele terreno ilegalmente e, portanto, pretenderem tentar resolver o problema por não conseguirem desafetar o terreno, no sítio onde estava localizado, sem uma

declaração de interesse público municipal, sendo aquela a razão por que os advogados da empresa tinham apresentado o pedido. Tinha sido ele que ao longo daquele tempo tinha pedido informação sobre o volume de negócios, quinhentos mil euros, e o número de funcionários que eram sete um dos quais o gerente, que era francês, de modo a tentar aferir que interesse público era aquele. A empresa tinha sete funcionários e laboravam no concelho de Olhão sendo que o armazém, até à presente data ilegal, se situava num terreno que estava no concelho de Tavira, razão por que a recomendação estava a ser apresentada na Assembleia Municipal de Tavira e não de Olhão. _____

___ Referiu que não estava a contrariar o Deputado Municipal Artur Sanina, mas sim a tentar ganhar tempo porque não era por declararem o interesse municipal ou não, cuja decisão supostamente seria a última, que a empresa deixaria de explorar as ostras no local onde o fazia. _____

___ Pretendia que ficasse claro que a empresa tinha licença para tal, estavam licenciados para a exploração aquícola, sendo que o que não tinham era licença para utilizar aquele espaço para o armazenamento, que lhes era muito útil pela proximidade aos viveiros uma vez que se localizava na fronteira entre Tavira/Olhão. _____

___ **O Deputado Municipal Pedro Soares** cumprimentou os presentes e disse que a preocupação que tinham não se prendia tanto com a espécie ou com a questão que o Partido Social Democrata (PSD) tinha levantado, mas antes com a Ria Formosa. _____

___ Pensava que se era uma área de produtividade teria que ser defendida sendo que o que tinham que perceber era quais os benefícios para a empresa e se havia benefícios para a Câmara Municipal caso a Assembleia Municipal viesse a declarar interesse público. _____

___ A sua dúvida prendia-se mais com o facto de poderem estar a abrir um precedente futuro, que a Câmara Municipal devia de ter cuidado pois naquele dia era a Edulis - Comércio De Peixe e Marisco, Lda. mas futuramente poderia ser outra empresa e estavam a abrir precedentes numa zona que era protegida, numa zona de Reserva. _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que praticamente já tinha respondido à questão ao dizer que a empresa pagava impostos em Olhão, pelo que o único benefício que a Câmara Municipal poderia ter com a legalização do armazém era o pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do mesmo. _____

___ Aquele pedido em relação à Assembleia Municipal estava a ser tratado desde dezembro, todavia em relação à Câmara Municipal tinha cerca de quatro anos pelo que a Presidente da Câmara Municipal seguramente teria mais informação que ele. _____

___ **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou os presentes e apresentou as desculpas por estar de costas mas, de facto, as condições eram as que tinham. _____

___ Sendo certo que já existia uma licença de produção aquícola atribuída àquela empresa, pensava que a questão não estava ali colocada sendo que o que estava em causa era o pedido de declaração de

interesse público efetuado diretamente à Assembleia Municipal sem que o processo chegasse devidamente instruído por parte da Câmara Municipal, a quem o pedido deveria de ter sido feito inicialmente. _____

___ Naquela Assembleia Municipal já tinham analisado e apreciado ao longo dos últimos sete anos talvez uns quatro ou cinco pedidos de interesse público de atividades agrícolas, nomeadamente no âmbito do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) sobre o qual tinha sido necessário a Assembleia Municipal pronunciar-se e que depois dos processos terem sido devidamente instruídos, tinham sido aprovados por aquela Assembleia Municipal. _____

___ Naquele caso concreto o que pensavam ser estranho era o pedido ter sido formulado diretamente à Assembleia Municipal que não tinha serviços técnicos, o que forçava a Mesa da Assembleia Municipal a pedir apoio técnico externo para apreciarem o pedido. _____

___ Naquele sentido a bancada do Partido Socialista (PS) iria votar contrariamente ao pedido mas deixando a recomendação para que o serviço e o pedido fosse devidamente instruído junto dos serviços municipais depois de ser garantida e assegurada a legalidade, quer do pedido, quer da produção aquícola no concelho de Tavira. _____

___ **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou os presentes e disse que relativamente àquela questão o que estava em causa não era realmente a exploração das ostras mas o facto de haver um armazém de apoio àquela atividade que era uma situação que estava prevista para as explorações agrícolas, mas que no caso da Edulis não estava, e inclusivamente se consultassem todo o processo, veriam que existiam pareceres negativos da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAPALG) sobre o assunto. _____

___ Como o Presidente da Assembleia Municipal tinha dito, o processo na Câmara Municipal já decorria há algum tempo precisamente porque aquele terreno estava em RAN, que no caso o que era pedido era a sua desafetação, em REN, em aproveitamento hidroagrícola, em Rede Natura e, portanto, em termos do Plano Diretor Municipal (PDM) de Tavira não era possível ter ali aquela construção o que também acontecia por parte das entidades que tinham jurisdição que tinham emitido pareceres negativos. _____

___ Não era a Câmara Municipal que estava a pedir aquela declaração de interesse municipal, não sendo uma proposta que a Câmara Municipal tivesse apresentado e pedido para ser votada. _____

___ A determinada altura, obviamente que a empresa deveria de ter procurado os técnicos e provavelmente até mesmo o Vereador João Pedro Rodrigues, que não estava presente para explicar, mas desde logo deviam de ter sido informados que formular um pedido de declaração de interesse municipal naquela situação não era viável e obviamente que abria um precedente muito grave até porque Tavira tinha, infelizmente, muitas construções ilegais. _____

___ Tratava-se de um processo que corria trâmites na Câmara Municipal, que pensava ter contra ordenações também da agricultura e provavelmente também da Câmara Municipal, e que também

tinha um processo de reposição da legalidade urbanística, portanto, para a Câmara Municipal não havia mesmo qualquer questão de licenciamento. _____

___ Pensava que aquele pedido dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal tinha sido um recurso que a advogada se tinha pretendido munir, pois tratava-se de uma empresa que não tinha sede no concelho, portanto, não pagava impostos em Tavira, não criava riqueza para o concelho, pelo que aquele pedido lhe parecia algo forçado. _____

___ Para além disto, mesmo que fosse possível e se realmente fosse votado favoravelmente ainda existia uma série de questões relativas às novas regras do Decreto-Lei n.º 124/2019, nomeadamente relativas ao facto de nos terrenos rurais ter que haver as distâncias à extrema da propriedade, e outras, sendo que aquelas questões ainda não tinham sido apreciadas e mereciam um parecer da Comissão Municipal, entre outras. _____

___ Considerava que, no limite, mesmo que fosse aprovada a declaração de interesse público municipal teriam que posteriormente dar início a um processo junto dos responsáveis do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR) porque se tratava de uma desafetação da RAN pelo que teria que ter um despacho do membro do Governo. _____

___ Relativamente ao que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha perguntado, de facto existiam reclamações dos vizinhos. Pensava que as condições não eram as melhores, não era algo bonito, nem digno, o que provavelmente o Presidente da Junta de Freguesia também saberia porque já lhe tinham chegado algumas reclamações. A Câmara Municipal tinha conhecimento das reclamações, portanto também não era algo passivo para os vizinhos, mas considerava que já ali tinha sido tudo dito pelo Presidente da Assembleia Municipal só pretendendo dizer que da parte do Executivo Municipal não viam o interesse ao contrário dos casos muito específicos daqueles regimes especiais que tinham apresentado e concordava que também seria um precedente perigoso. _____

___ **O Deputado Municipal José Liberto Graça**, Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, referiu que estava tudo dito, que ninguém concordava com aquele armazém, que tinha sido construído à falsa fé. _____

___ Acrescentou que existiam casos com mais interesse para o concelho que podiam ser vistos mas não aquele. _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação - Declaração de Interesse Público - Ocupação de solos com prédio rústico de apoio à atividade aquícola – Arroteia a votação que foi reprovada por unanimidade.** _____

___ **O ponto número dois da ordem do dia referia-se à Recomendação - Pela requalificação do Centro de Experimentação Agrária de Tavira que estava relacionada com a apresentada pelo Bloco de Esquerda (BE) quanto à requalificação do Centro de Experimentação Agrícola de Tavira (CEAT) e que depois de uma série de considerandos tinha sido retirada para ser reformulada e apresentada uma**

nova recomendação, mais consensual para aquela Assembleia Municipal, porque considerava que se tratava de um espaço que a todos interessava. _____

___ A segunda versão, já recebida muito em cima da hora, estava relacionada com a alínea d) do número um, mas provavelmente os deputados municipais queriam intervir, pelo que lhes iria passar a palavra.

___ **O Deputado Municipal José Graça** disse que em primeiro lugar pretendia felicitar o sentido de oportunidade da bancada do BE quando tinha apresentado, na última sessão, a proposta de recomendação e também congratular com o facto do BE, naquela altura, ter aceiteado a proposta que eles tinham efetuado no sentido de retirarem a recomendação para que a mesma fosse melhorada quer do ponto de vista da fundamentação, quer do âmbito da própria proposta de recomendação e do próprio destinatário, que pensava ter sido o mais importante uma vez que inicialmente era dirigida à Câmara Municipal quando o titular do espaço e o responsável pela sua gestão, dinamização, conservação e valorização era o MAFDR. _____

___ Tinha sido naquele sentido que eles, seguindo também um pouco as indicações que o Presidente da Assembleia Municipal tinha dado no sentido de apadrinharem e ser uma moção da Assembleia Municipal, tinham complementado a proposta que tinha sido apresentada originalmente, com um conjunto de considerandos que enquadravam quer uma estratégia que tinha vindo a ser desenvolvida pelo Município ao longo dos últimos anos, nomeadamente relativa à classificação da DM, à escolha de Tavira como comunidade representativa e ao plano de atividades que estava em vigor naquele momento para a Região do Algarve no âmbito da salvaguarda da DM, mas também por um passo mais recente no qual o Município de Tavira também tinha participado e que tinha sido a criação do Centro de Competências para a DM, na altura patrocinado pelo Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas, e que tinha vindo ao longo do último ano e meio a conhecer alguns desenvolvimentos. _____

___ Era com o sentido de acolher e de sublinhar a estratégia política de valorização da DM em Tavira, mas também de valorização daquele espaço, que tinham efetuado a alteração daquela proposta de recomendação incluindo também uma intenção já antiga do Município, com mais de dez anos, de criação de um Núcleo Museológico, dando aliás espaço a duas das magníficas exposições que tinham sido montadas pelo Museu Municipal de Tavira "*A Cidade e Mundos Rurais - Tavira e as Sociedades Agrárias*" e a exposição que ainda estava patente naquele momento que era a "*DM património cultural milenar*", mas também o esforço de colaboração que tinha vindo a ser desenvolvido pelo Município há mais de uma década, no sentido de densificar o grupo de atividade que era desenvolvido pelo Centro de Ciência Viva de Tavira e também propor à Agência Nacional que abraçasse aquele projeto. _____

___ Era naquele sentido que apresentavam aquela proposta de recomendação pela requalificação do CEAT agradecendo os contributos de todos os grupos parlamentares dados previamente à apresentação daquela versão final e também deixava ali uma pequena nota só para que ninguém ficasse com dúvidas.

Se a moção inicial, a proposta inicial, tinha ali sido apresentada na sequência da consulta pública para a requalificação da via ferroviária do Algarve, a retirada da variante nova do projeto daquela consulta pública tinha levado a que também não tivessem feito qualquer referência na recomendação. O Ministério do Planeamento e das Infraestruturas (MPI), a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) tinham ficado de apresentar uma outra proposta alternativa para efetuar aquela ligação, que deixariam para apreciarem, discutirem a proposta que o MPI visse a apresentar na altura própria. _____

___ Terminou dizendo que naquele dia, acima de tudo, o que apelavam a todos era que existisse unanimidade, que podia ser crítica, no sentido de aprovarem aquela recomendação por unanimidade e defenderem todos em conjunto, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, a requalificação do CEAT de modo a transformar aquele local num museu vivo, numa Quinta da DM, no centro da cidade. _____

___ **O Deputado Municipal Pedro Soares** disse que como já tinham percebido a moção tinha sido retirada na última Assembleia Municipal e aquela que aparecia tinha muito em base o texto da própria recomendação do BE. O facto era que constatavam que as alterações não eram alterações efetivas de maior uma vez que continuavam a defender quase uma municipalização do CEAT. Considerava a visão que se tinha engendrado naquela recomendação era mais teórica e era uma posição completamente diferente daquela que a Coligação Democrática Unitária (CDU) defendia para o CEAT, ou seja, existiam responsabilidades que tinham que ser pedidas ao MAFDR que a moção não fazia referência estando a trabalhar com um CEAT ao serviço do Município mas não ao serviço da verdadeira responsabilidade de quem o detinha que era o MAFDR, estando a avançar um passo sem que o anterior estivesse resolvido. _____

___ Considerava que tal não cabia àquela Assembleia Municipal, pelo que pensava ser pertinente que a recomendação explicasse um pouco melhor quais tinham sido os processos que tinham levado ao cancelamento do atravessamento no CEAT, sendo que consideravam nem sequer fazia menção, bem como todos os conhecimentos, as alternâncias, as alternativas que poderiam vir a ser implementadas. _____

___ Aquela ideia de municipalização das estruturas com vista à sua utilização, parecia-lhe muito bem até por estar ao serviço da DM, e até aceitavam completamente, porém considerava que apenas deveria de ser discutida quando tivessem uma resposta séria do Ministério que desse garantias da permanência da mão-de-obra, do reforço de pessoal, do reforço do financiamento, para que condignamente pudessem continuar a atividade que ali desenvolviam, que era importante para o concelho que, se já o tinha sido, naquele momento ainda era mais, porque com os fogos a acontecerem, com o espólio das espécies arbóreas que já tinham criado, estes poderiam perfeitamente ser uma salvaguarda para aquelas mesmas espécies, até porque existia um risco muito grande que era o de desvirtuar os principais objetivos do CEAT pela criação de vários centros o que lhe parecia algo arriscado no momento atual. _____

___ Pensa que também faltava naquela moção de recomendação a perceção das medidas que já tinham sido tomadas até à atualidade pelo Ministério, se já tinha sido efetuada alguma responsabilização, alguma tomada de garantias. _____

key.
San

__ Para terminar disse que lhes parecia justo defender o CEAT da maneira que tinha referido e não de outra. Era apenas o que gostaria de acrescentar, sendo que tinham remetido os seus que não tinham merecido qualquer resposta, contudo gostaria de deixar ali aquela indicação. _____

__ **O Deputado Municipal Artur Sanina** disse que o BE se congratulava com a apresentação daquela recomendação que ia ao encontro das preocupações que tinham manifestado na primeira recomendação e que tinha sido possível melhorar com a participação e consenso das outras forças políticas. Considerava que tinha sido um ato democrático muito positivo e o resultado estava ali, pelo que esperavam que a recomendação fosse aprovada mas pretendiam salientar que ao sê-lo, como o Deputado Municipal José Graça já ali tinha também mencionado, iria trazer uma responsabilidade às pessoas no sentido de participar para que aquele CEAT, no futuro, cumprisse o seu papel. _____

__ Congratulavam-se com aquela apresentação da recomendação mas consideravam que era apenas o primeiro passo que iria ser dado, porque no futuro outros se seguiriam. _____

__ Relativamente ao Deputado Municipal Pedro Soares e às preocupações que tinha, ele também as tinha manifestado na primeira recomendação. Em setembro, iriam realizar um debate com quatro técnicos de diversas áreas para abordarem a questão do CEAT para que, com a sua formação agrária e não só, mas também ao nível da cultura, pudessem enriquecer as novas etapas que se seguiriam na sequência daquela recomendação. _____

__ Terminou dizendo que já estavam a trabalhar naquele sentido, ouvindo as opiniões dos técnicos no sentido de valorizarem aquela proposta porque como viam, e mencionava por exemplo, a produção biológica ou a sustentabilidade ambiental eram questões a valorizar que seriam colocadas no futuro de modo a enriquecer o papel do CEAT. _____

__ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que se tinha esquecido na sua intervenção inicial por estar a pensar no tema que estavam a abordar, mas aproveitava aquele momento para cumprimentar todos os que estavam ali e os que estavam em casa e desejar continuação de saúde. _____

__ Aquela era uma moção muito lata e permitia, de facto, no enquadramento atual, uma defesa que todos pretendiam e que futuramente teria que evoluir, esperava que não fosse no sentido que o Deputado Municipal Pedro Soares defendia pois do que conhecia da intervenção do Estado e dos Ministérios em espaços que estavam muito dentro das cidades e que tinha muitas valências próximas, não via possibilidade, tal como não tinham visto durante mais de trinta anos qualquer investimento naquele CEAT da forma que o tinham preconizado ou o recordavam naquele momento. _____

__ Concluiu dizendo que esperava que evoluísse mais no sentido de uma gestão municipal do que propriamente para uma gestão do Estado. _____

__ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que basicamente concordava com o Deputado Municipal Pedro Soares, e que seria bom que o Estado Central e os Ministérios assumissem as suas responsabilidades. Contudo, existindo aquela situação, com tantas potencialidades, e também estando

naquele estado, era verdadeiro que a ideia era que o Município assumisse um pouco daquela requalificação mas também pudesse devolver à cidade um espólio importante que era constituído pela reserva e fruteiras, pudesse conciliar para algo que considerava muito importante para Tavira e que era DM, mas também para uma vontade que existia por parte da Agência Nacional do Ciência Viva de poder avançar para uma Quinta Ciência Viva dando outras condições ao Centro de Ciência Viva naquele local, puderem ter um Museu da Dieta Mediterrânica, que ela pensava que seria um bom aproveitamento daquele espaço se o Governo entendesse contratar mais pessoas e recuperar o espaço, que deveria de ser o serviço daquele CEAT, não o fizesse. Pensava que não tendo a Câmara Municipal competências para cooperar na área mais agrícola tentaria ir ao encontro do que pensava que seria uma possibilidade de reabilitar e dar dignidade ao espaço, porém considerava que o ideal seria que houvesse um esforço das duas entidades, da Câmara Municipal com a complementaridade que já ali tinha referido e, obviamente, da Direção Regional e do MAFDR. _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação - Pela requalificação do Centro de Experimentação Agrária de Tavira a votação que foi aprovada por maioria de vinte e quatro os votos a favor dos deputados municipais Ana Palmeira, Ana Margarida Baioa, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, Ilídio Martins, Jorge Corvo, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Luís Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma abstenção do Deputado Municipal Pedro Soares.** _____

___ **O Deputado Municipal Nuno Diogo encontrava-se fora da sala.** _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três sobre a Apreciação e votação da proposta número 198/2020/CM – Auditor externo responsável pela certidão legal de contas.** _____

___ **A Presidente da Câmara Municipal explicou que a proposta estava relacionada com a contratação de auditor externo para o que a Câmara Municipal tinha lançado uma consulta prévia a três entidades. Tinha ganhado a empresa com o preço mais baixo, Dfk & Associados, Sociedade de Revisores de Oficiais de Contas, Lda. que iria ser o próximo revisor da Câmara Municipal para os três anos seguintes.** _____

___ **O anterior revisor da Câmara Municipal era a empresa Mariquito, Correia & Associados, SROC, Lda. relativamente ao que tinham ali apresentado uma proposta para o procedimento por ajuste direto para auditoria às contas do ano de dois mil e dezanove dado este ter aquele entendimento em termos do contrato existente.** _____

___ **Tratando-se de uma competência da Assembleia Municipal, após o procedimento concursal, apresentavam aquela proposta para aprovação por parte da Assembleia Municipal da contratação daquela empresa que certificaria as contas da Câmara Municipal nos três anos seguintes.** _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 198/2020/CM – Auditor externo responsável pela certidão legal de contas a votação que foi aprovada por maioria de vinte e**

quatro os votos a favor dos deputados municipais Ana Palmeira, Ana Margarida Baioa, Carla Martins, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, Ilídio Martins, Jorge Corvo, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Luís Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Pedro Soares, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma abstenção do Deputado Municipal Artur Sanina. _____

___ O Deputado Municipal Nuno Diogo encontrava-se fora da sala. _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro sobre a **Apreciação e votação da proposta número 207/2020/CM – Regulamento do programa municipal de apoio ao arrendamento – versão final.** _____

___ A Presidente da Câmara Municipal disse que aquele documento ia ao encontro do que já ali tinha falado muitas vezes, da habitação. Tinha enviado para o Presidente da Assembleia Municipal o primeiro *draft* da estratégia local, que desconhecia se já tinha sido remetido, aos deputados municipais para que dessem os contributos que entendessem que esperava que todos o pudessem fazer, e que na Assembleia Municipal seguinte fosse possível aprovar a estratégia e começar a dar início ao que era uma preocupação de todos, a resposta aos agregados do 1.º Direito, e verificarem se conseguiam algum financiamento para a construção daquela mesma habitação que, naquele caso, seria habitação social, um complemento, para o que em termos de orçamento, da revisão ao orçamento que ali tinham aprovado, estava previsto o valor que pensava ser de cem mil euros, sendo que a ideia era puderem dar um apoio a quem tinha as casas arrendadas, pagando uma parte das rendas, e dando um apoio às famílias por aquela via. _____

___ O Regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento tinha estado em discussão pública não tendo tido contributos, apenas do Executivo, que estava relacionado com uma questão que posteriormente também seria ali apresentada mas que passava a explicar. _____

___ Tinha sido apresentada uma queixa na Provedoria relativamente ao facto de no Regulamento de Habitação Social da Câmara Municipal constar uma cláusula que referia que as pessoas para concorrerem tinham que ter cinco anos de vivência no concelho. Acontece que a Provedoria tinha entendido que não deveriam de ter aquele tratamento, mas um tratamento mais igualitário, tendo remetido para a Câmara Municipal uma recomendação e enviado também o assunto para o Tribunal Constitucional. _____

___ O Presidente da Assembleia tinha recebido uma comunicação do Tribunal Constitucional em que era referido que aquela cláusula era anticonstitucional e, portanto, a Câmara Municipal já tinha iniciado o processo de alteração do regulamento. Como o Regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento também o previa, e estando ainda a adaptá-lo, tinham procedido à alteração.

cy.
Aaw

Obviamente que a ideia com a introdução daquela cláusula não seria a de beneficiar alguém, mas de algum modo quem residia há mais tempo tinha um certo privilégio. _____

___ Aquela tinha sido a grande alteração da discussão pública, já tinham também iniciado a alteração no Regulamento de Habitação Social e respondido ao Tribunal Constitucional. _____

___ Era óbvio que o regulamento em análise apenas iria ajudar quem tivesse contrato de arrendamento devidamente legalizado, o que podia ser o principal problema porque todos sabiam que existiam muitas pessoas que fugiam àquelas questões, sobretudo os proprietários, mas também não se podiam esquecer que tinham aprovado naquela Assembleia Municipal uma redução do IMI para habitações destinadas àquele tipo de habitação. _____

___ Terminou dizendo que aqueles eram incentivos suficientes para que cada vez mais os contratos estivessem regularizados e, basicamente, era mais uma ajuda social a quem mais precisava porque, todos sabiam, que a habitação, o seu preço, era uma problemática no concelho de Tavira. _____

___ **O Deputado Municipal Pedro Soares** disse que primeiramente gostava de congratular a Câmara Municipal por aquele regulamento que na sua essência lhes parecia bastante justo, porém apesar de saberem que aquela já era a versão final, da análise que tinham feito gostariam de sublinhar algumas questões. _____

___ Obviamente que sabia que já não seria possível efetuarem alterações, todavia gostava de deixar aquela nota. Relativamente ao ponto número oito do artigo nono consideravam de acrescentar que a visita domiciliária para análise da situação seria efetuada sem marcação prévia. _____

___ Uma segunda alteração seria relativamente à transferência bancária para o IBAN indicado na candidatura do beneficiário, pois sabiam perfeitamente que quem pedia ajuda era quem não tinha, pelo que muitas vezes quem não tinha também não tinha conta bancária e, sem conta bancária, as transferências dos montantes para o beneficiário eram complicadas. _____

___ Aqueles eram os pequenos contributos que dariam, e sabia que tinha havido tempo para a discussão, mas mesmo assim queria deixar aquela nota. _____

___ **O Deputado Municipal José Graça** disse que no início da sua intervenção gostava de sinalizar que aquele era um dia que deviam de apontar nos calendários pela forma como a Presidente da Câmara Municipal ao longo do último ano tinha assumido um compromisso com a Assembleia Municipal e naquele dia, na prática, aquele compromisso era cumprido na íntegra. _____

___ Recordava que na Assembleia Municipal de junho do ano de dois mil e dezanove a Presidente da Câmara Municipal lhes tinha prometido que iria ali apresentar, nos tempos seguintes, o Regulamento Municipal da Habitação Partilhada, que já tinham aprovado, aquele Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento e, mais recentemente, também tinha prometido que entregaria no mês de julho a proposta da Estratégia Local de Habitação. Era pois o que pretendia assinalar e que aquele conjunto de políticas de habitação amigas das pessoas tinha um bónus que tinham tido oportunidade de aprovar na

Assembleia Municipal de dezembro, que tinha sido a redução do IMI para as residências arrendadas dando outro dinamismo ao mercado de arrendamento que tinha vários problemas como sabiam. _____

___ Relativamente àquela proposta que naquele dia lhes era apresentada, podiam dizer que era um primeiro passo, sendo que teriam que colocar o Regulamento em vigor, o Regulamento a funcionar. Tratava-se do primeiro passo para melhorar as condições das famílias do concelho de Tavira que ao longo dos últimos anos, particularmente no âmbito da habitação, tinham vindo a ver a situação muito dificultada pela crescente procura de habitações no mercado embora com especial incidência na cidade.

___ Esperavam que aquele conjunto de políticas, e a partir do momento em que a Assembleia Municipal aprovasse a Estratégia Local de Habitação, fossem a resposta para aqueles problemas e, sempre que fosse necessário, pudessem dar também o contributo para melhorar aquele processo. _____

___ Queria finalizar com uma nota que pensava que era importante. Ao entregar em primeira mão, naquele dia, antes de se iniciar a consulta pública da Estratégia Local de Habitação, a Câmara Municipal tinha dado um sinal importante que era o que tinham vindo a defender há muito tempo no sentido de que as propostas de regulamento fossem entregues também na Assembleia Municipal antes de se iniciar a consulta pública. Pensava que os membros da Assembleia Municipal também se deviam de pronunciar sobre aquelas matérias. Divulgavam com alguma frequência as consultas públicas mas as participações eram sempre muito limitadas e reduzidas. Considerava que as responsabilidades especiais que tinham enquanto representantes dos munícipes os devia fazer olhar com alguma atenção as propostas que chegavam pela Câmara Municipal e darem, em tempo útil, durante a consulta pública, os contributos para a sua melhoria. _____

___ Queria acrescentar ainda que o problema que tinha sido levantado ali pela bancada da CDU tinha sido oportunamente resolvido, já há mais de uma década, com a criação das contas bancárias quase gratuitas, contas bancárias sociais, que permitiam que as famílias de poucos recursos tivessem todas a sua conta bancária e não pagassem despesas de manutenção por aquelas mesmas contas. Pensava que estavam ali na sala vários bancários que poderiam comprová-lo sendo que presentemente tal já não consistia, de modo algum, um problema para as famílias. _____

___ **O Deputado Municipal Artur Sanina** disse que aproveitando as palavras do seu colega José Graça, falando do ano de dois mil e dezanove e do papel da Câmara Municipal, aproveitava para relembrar que o BE de Tavira em abril do ano de dois mil e dezoito tinha apresentado na Assembleia Municipal uma proposta dedicada à temática da habitação que incluía três vertentes: a criação da habitação acessível, social; a introdução do apoio do arrendamento municipal; a limitação do licenciamento do alojamento local. daquelas três variantes surgia no presente o apoio ao arrendamento municipal, sendo que o BE era claramente a favor daquela proposta, a qual, na opinião do BE, surgia bastante atrasada. _____

___ Concluiu reiterando que no mês de abril do ano de dois mil e dezoito, naquela mesma Assembleia Municipal, já tinham apresentado aquelas considerações todas e alertado para o papel da Câmara Municipal naquele sentido o que vinha no presente a comprovar-se que realmente tinham razão. _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 207/2020/CM – Regulamento do programa municipal de apoio ao arrendamento – versão final a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco sobre a Apreciação e votação da proposta número 224/2020/CM – 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Plano de Recrutamento para 2020. _____

___ A Presidente da Câmara Municipal disse que pensava que nos últimos tempos já tinha falado na Assembleia Municipal quanto à saída de alguns técnicos sobretudo para mais próximo de casa, dentro das mobilidades e desde que tinha sido possível na Administração Local, os técnicos das Autarquias Locais começarem a poder ir em mobilidade para a Administração Central e, portanto, tinham-se visto com algum *deficit* de recursos humanos em algumas áreas. _____

___ Aquela proposta tinha dois grandes objetivos, recrutar um técnico superior para a Contratação Pública, um técnico superior para os Assuntos Sociais para substituir uma pessoa que tinha saído para a Segurança Social e um arquiteto para reforçar a equipa das obras particulares que estando a decorrer um processo, este era um processo por mobilidade e, a progressão dos bombeiros. _____

___ Antes da entrada em vigor o novo estatuto dos bombeiros sapadores as carreiras tinham sido descongeladas, e sendo a carreira de bombeiro uma carreira não revista, ou seja, mantinha as progressões na carreira, não sendo carreiras únicas como os técnicos superiores, os assistentes operacionais, tinham, naquela altura sido abertos concursos, todavia tinha sido decidido que uma vez que, por exemplo, tendo sete pessoas para progredir de bombeiros de terceira para bombeiros de segunda, de modo a evitar que a pirâmide ficasse com mais chefias e menos operacionais, tinham decidido abrir apenas alguns lugares, portanto, não seria para as sete pessoas que estavam em condições, mas para três ou quatro. _____

___ De qualquer modo já tinham recrutado mais bombeiros estando presentemente a iniciar-se uma formação de mais dez bombeiros recrutas e, portanto, aquelas pessoas constantes no mapa traduziam a possibilidade de abrir novamente concurso para que aqueles que não tinham conseguido progredir da primeira vez o pudessem fazer desde que cumprissem os requisitos, porque necessitavam de uma formação para progredirem nas carreiras. A alteração ao mapa referia-se também àquela situação para que a pudessem tratar com alguma justiça. _____

___ Terminou referindo que também muito possivelmente, por força da situação e do início do ano escolar, teriam que proceder a nova alteração do mapa porque estavam a proceder a um recrutamento

de assistentes operacionais para as escolas sendo que, conforme o Presidente da Assembleia Municipal já tinha referido, esta seria apresentada na sessão extraordinária do mês de agosto. _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 224/2020/CM – 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Plano de Recrutamento para 2020 a votação que foi aprovada por maioria de vinte e cinco os votos a favor dos deputados municipais Ana Palmeira, Ana Margarida Baioa, Carla Martins, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, Ilídio Martins, Jorge Corvo, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Luís Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Pedro Soares, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma abstenção do Deputado Municipal Artur Sanina. _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número seis sobre a Apreciação e votação da proposta número 225/2020/CM – Aquisição de energia elétrica em regime de mercado liberalizado ao abrigo do Acordo Quadro da AMAL com anúncio de procedimento n.º 10962/2017 do Diário da República, II Série, n.º 248 de 28 de dezembro de 2017 e no JOUE S250 de 30 de dezembro, para instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT) – Aprovação do procedimento e dos compromissos plurianuais. _____

___ A Presidente da Câmara Municipal referiu que como o Presidente da Assembleia Municipal já tinha referido tratava-se da aquisição de energia elétrica de Baixa Tensão, de Média Tensão e Baixa Tensão Especial no mercado liberalizado através de um Acordo Quadro da Comunidade Intermunicipal do Algarve - CIM Algarve (AMAL) para três anos, mas que face ao seu valor a abertura do procedimento e a aprovação das peças do procedimento e dos compromissos plurianuais eram da competência da Assembleia Municipal. Já não era a primeira vez que apresentavam uma proposta naqueles moldes e, portanto, era apenas para a abertura de um novo concurso porque o que tinham estava a terminar. _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 225/2020/CM – Aquisição de energia elétrica em regime de mercado liberalizado ao abrigo do Acordo Quadro da AMAL com anúncio de procedimento n.º 10962/2017 do Diário da República, II Série, n.º 248 de 28 de dezembro de 2017 e no JOUE S250 de 30 de dezembro, para instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT) – Aprovação do procedimento e dos compromissos plurianuais a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número sete sobre a Apreciação e votação da proposta número 228/2020/CM – Prestação de Contas Consolidadas 2019. _____

___ A Presidente da Câmara Municipal disse que relativamente ao processo das contas consolidadas era basicamente o processo que continha a análise económica e financeira do grupo municipal que era constituído pela Taviraverde - Empresa Municipal De Ambiente, E.M., pela EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM., e pela UAC - Associação para o desenvolvimento integrado da baixa de

Tavira, que como se recordavam tinham apresentado na Assembleia Municipal uma alteração aos estatutos da UAC para que ficassem com o poder de gestão e de designarem o responsável, sendo que a partir daí a UAC também passava a pertencer ao grupo municipal. _____

___ Referiu que se tratava de um documento muito técnico em que basicamente tinham utilizado um método que pensava que se chamava Consolidação Integral e que era sobretudo a junção das contas, das demonstrações financeiras de todas as empresas do grupo retirando a relação existente entre elas, como era o caso dos contratos coma TaviraVerde, com a EMPET a Câmara Municipal não tinha tido relacionamento, e o apoio à UAC, sendo posteriormente efetuado o acumulado das demonstrações financeiras de todo o grupo da municipal. _____

___ Passava às conclusões do documento e considerava de assinalar que o ativo do grupo era bastante elevado por força da avaliação do património do domínio público municipal, duzentos e cinquenta e três milhões, sendo o resultado líquido negativo também por força daquele mesmo fator porque quando eram avaliados os bens do domínio público passavam a ter um valor muito grande de amortizações. As amortizações eram um fator contabilístico que acabava por, de certa forma, contribuir de modo negativo para o resultado líquido mas, apesar de tudo, e considerava de devida nota, a dívida consolidada do grupo municipal tinha reduzido e, portanto, presentemente totalizava cerca de vinte e três milhões e quinhentos mil euros sendo oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil e cento e quarenta e oito euros dívida de curto prazo. _____

___ O resultado financeiro do grupo era positivo. _____

___ Importava dar uma satisfação relativamente à EMPET que, tendo verificado o parecer jurídico, tinha constatado que não poderia haver nova prorrogação do prazo da sua liquidação, cuja indicação tinha sido comunicada de imediato ao liquidatário e posteriormente também tinha sido formulado o pedido para a apresentação das contas finais da EMPET, dentro de um determinado prazo, que deveria de estar a terminar. Entretanto já tinham recebido as contas à data de trinta e um de dezembro que já se encontravam refletidas nas contas consolidadas sendo que presentemente necessitavam de receber as contas de tudo o que tinha sido efetuado pela pessoa que tinha sido designada, pelo liquidatário. _____

___ Acrescentou que tinham uma situação muito complicada porque o sócio privado da empresa estava num processo de insolvência pelo que desconhecia como iriam efetuar as contas na liquidação final da empresa porque do que conhecia, se a Câmara Municipal decidisse internalizar a parte financeira, e outra, ninguém iria deixar internalizar cem por cento porque existia, como todos sabiam, uma parte que era da Agetav - Agência de Desenvolvimento de Tavira S.A. que estava em processo de liquidação. Assim, não se tratava de um processo fácil e muito possivelmente, até antes de apresentar ali o que quer que fosse e para que todos os procedimentos administrativos fossem bem refletidos porque eram questões que tinham que ser apresentadas em Tribunal de Contas, na Inspeção-geral, muito possivelmente estava propendendo para que contratasse uma consultoria que os pudesse ajudar a

tomar uma decisão. Nos dias seguintes iria falar com uma pessoa que lhe tinham indicado, com experiência, que veria se os poderia ajudar. Não se tratava de um processo fácil e, também não a deixava totalmente confortável, existindo várias opiniões, que tinha também a sua própria, pelo que tinham que trabalhar naquela questão sobre a qual daria a devida nota. _____

___ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** pediu desculpa ao Presidente da Assembleia Municipal dizendo que se iria dirigir à Presidente do Executivo. _____

___ Disse que estavam perante as contas consolidadas já tinham emitido um parecer relativo às contas do Município com as verbas que eram conhecidas, tendo manifestado a apreensão que tinham relativamente à falta do Relatório de Contas da EMPET pelo que estavam numa situação que consideravam ser quase impensável por terem que aprovar as contas consolidadas sem terem conhecimento das contas da EMPET. _____

___ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que as contas já eram conhecidas. _____

___ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que podiam ser conhecidas mas não daquela Assembleia Municipal porque não tinham ali sido apresentadas. _____

___ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que seriam apresentadas. _____

___ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** reiterou que as contas não tinham ali sido apresentadas, não as conhecendo, o que os deixava de uma forma séria ainda com mais reservas relativamente às contas consolidadas. Era uma situação que desde o início, e referia textualmente aquilo que lhes tinha sido respondido, sempre se *"empurrou o problema da EMPET com a barriga"*, nunca pretendendo resolvê-lo tendo chegado a um ponto em que tinham esgotado todas as possibilidades da questão da EMPET ser resolvida de uma forma construtiva e bem pensada. _____

___ Sinceramente considerava que ninguém estava ali em condições de perceber o que iria acontecer com a EMPET que era uma situação que realmente os preocupava por aquilo que já tinham referido em outras assembleias municipal e porque cada vez mais lhes parecia que ao avançarem para uma situação de uma possível insolvência da EMPET estavam a correr alguns riscos o que em termos de calendário tinha sido premeditado por eles. _____

___ Concluiu dizendo que voltariam a abordar o assunto da EMPET mais tarde, mas acrescentava que relativamente àquele ponto da ordem do dia iriam votar contra pelas reservas que já tinham apresentado por altura da apresentação das contas do Município mas, no momento, sobretudo pela falta grave relativamente à EMPET. _____

___ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que apenas queria referir que pensava que as contas já tinham sido ali apresentadas porque costumando estar inseridas nos pontos adicionais para conhecimento ela já tinha autorizado a sua submissão aos órgãos, pelo que seriam apresentadas na Reunião de Câmara e Assembleia Municipal seguintes porque já tinham recebido as contas do último ano sendo, por isso, já conhecidas. _____

___ O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que na Assembleia Municipal anterior tinham perguntado pelas contas da EMPET ao que lhes tinham respondido que não estavam ainda concluídas pelo que esperavam que antes ou em conjunto com o relatório de contas consolidadas pudessem ter acesso ao relatório da EMPET que sem o qual considerava que percebiam a posição que tomavam. _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 228/2020/CM – Prestação de Contas Consolidadas 2019 a votação que foi aprovada por maioria de dezoito os votos a favor dos deputados municipais Ana Palmeira, Carla Martins, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Luís Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, seis votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Ilídio Martins, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias, Silvino Oliveira e duas abstenção dos deputados municipais Artur Sanina e Pedro Soares. _____

___ Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade. _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal disse que ia passar ao período de intervenção do público que, dada a situação, os estava a seguir em casa e que, dentro do prazo estabelecido, tinham remetido à Mesa da Assembleia as questões que pretendia ver respondidas. _____

___ Tinham sido três munícipes, sendo que para não misturar iria referir as questões da munícipe que a Presidente da Câmara Municipal, dentro do possível, responderia também a uma de cada vez. _____

___ A Cidadã Ana Isa Gonçalves tinha colocado as questões que passava a ler: _____

___ “Para quando a abertura do Pavilhão Municipal para a prática e treino desportivo? _____

___ Se existe algum projeto para mitigar a seca, principalmente no nosso Município? _____

___ Qual o custo para o Município pela passagem do Camião da Esperança, da SIC, e que mais-valias nos trouxeram? _____

___ É verdade que o novo cais da Ilha de Tavira não está adaptado para Cadeiras de Rodas? _____

___ Como está a situação da falta de iluminação na Rotunda da A22, que ao dia de hoje continua sem luzes? _____

___ Para quando o início da obra de requalificação da Estrada de Santo Estevão? _____

___ Anda a circular uma petição para a construção de uma ponte para a Ilha de Cabanas. Qual a opinião da Câmara Municipal em relação a esta hipotética obra? _____

___ Quais os motivos oficiais que levaram a ARS a não abrir o Posto de Socorro na Ilha de Tavira este ano? E quais as medidas que foram tidas pela Câmara Municipal para mitigar esta situação? _____

___ Circula na net o início da obra de um parque de diversões, no Município de Tavira, pela empresa Farrag Fun World Cyprus. Qual a veracidade desta informação? E a ser verdade onde se irá localizar? ” _____

___ A Presidente da Câmara Municipal disse que relativamente à abertura do Pavilhão Municipal, presentemente estavam a terminar o plano de contingência da retoma da atividade física no concelho e,

portanto, no que se referia aos equipamentos municipais pensava que a partir da segunda, terça-feira seguinte, regressariam ao que para já estava aprovado que eram apenas os treinos para atletas federados, em conformidade com o constante na última Resolução do Conselho de Ministros, que ainda não tinha tido oportunidade de ler, mas de qualquer modo já teriam o plano de contingência aprovado pelo que já estariam mais ou menos preparados se a prática de desporto viesse a ser extensiva também a quem não fosse federado. _____

___ Concluiu dizendo que pensava que na semana seguinte o Pavilhão Municipal estaria aberto. _____

___ Quanto à questão se existia algum projeto para mitigar a seca, informou que existia, que a AMAL tinha um grupo de trabalho, a própria Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tinha elaborado o Plano de Eficiência Hídrica da Região e de momento o Ministério do Ambiente e da Ação Climática tinha adjudicado ao Professor Carmona Rodrigues, anterior Presidente da Câmara de Lisboa, uns estudos para aquelas situações que se prendiam sobretudo com a hipótese de ser possível trazer água do Rio Guadiana, junto do Pomarão, e colocar condutas para que tivessem algum reforço nas barragens, que no caso, seriam as barragens de Odeleite e do Beliche. _____

___ A AMAL tinha um grupo de trabalho sendo que o Presidente da AMAL tinha feito várias audiências com o Ministro do Ambiente e da Ação Climática para manifestar aquela preocupação que também era de todos pois, como sabiam e tinha sido público tendo-se o Senhor Presidente da República deslocado ao Algarve para saber dos problemas da Região, mais relacionados com a crise económica porque estavam a passar por força da crise de saúde pública, também lhe tinham feito chegar aqueles problemas e outros. _____

___ Queria agradecer imenso a atenção que o Senhor Presidente da República tinha dado aos autarcas do Algarve, já os tendo convidado várias vezes para poderem jantar na sua companhia, e dizer que no dia seguinte ele também estaria em Tavira para jantar com ela e os restantes autarcas e que, obviamente, era uma honra recebê-lo em Tavira sobretudo no ano em que a cidade de Tavira fazia quinhentos anos. _____

___ De facto estava-se a trabalhar não apenas a nível do Município mas sobretudo a nível da região porque não era um problema apenas do Município de Tavira mas da Região, sendo que já tinham tido várias conversações estando o problema a ser avaliado. _____

___ Quanto ao custo do camião, o Camião da Esperança tinha custos sobretudo de logística com a dormida, alimentação das pessoas, a segurança, entre outras, todavia tinha a grande questão das mais-valias especialmente pelas ações de sensibilização que tinham vindo a realizar nas praias e que também iriam realizar pela cidade, fazendo alguns testes serológicos como nos laboratórios, que eram pagos. De facto tinha um custo, mas pensava que aquele custo também deveria de ser visto sob a forma de investimento porque ao pagarem as dormidas e as refeições nos restaurantes também era uma forma de estarem a dar a quem mais precisava naquele momento, que era a hotelaria, a restauração, podendo

injetar algum dinheiro que certamente seria muito bem-vindo e nunca seria muito, pois todos sabiam que a restauração estava a sofrer. Tinha reunido com a Delegada Regional de Emprego e Tavira tinha cerca de mil desempregados no concelho, o que começava a tornar-se preocupante, mas mesmo assim muito longe de alguns concelhos do Algarve, onde alguns tinham aumentado o desemprego em quatrocentos por cento. Em Tavira os números não eram tão altos mas na restauração já se começava a sentir muito desemprego e, portanto, entendia que era um custo mas também uma forma de dar algum retorno à economia local. _____

___ No que se referia à adaptação do novo cais da Ilha de Tavira para cadeiras de rodas, desconhecia se a acostagem dos barcos ao cais não teria algum desnível que fosse necessária uma rampa para as pessoas com mobilidade reduzida se poderem deslocar, que era uma questão que teria que ser verificada, no caso, com o concessionário que fazia o transporte público para a Ilha de Tavira para que, obviamente, fosse ultrapassada pois também tinham todo o interesse que a Ilha de Tavira tivesse o reconhecimento de praia acessível, mas não lhe parecia que o problema estivesse no cais em si. _____

___ Aproveitou para informar que já tinham sido colocadas algumas plataformas sendo que o barco da Ilha de Tavira já estava a acostar numa delas. _____

___ Relativamente à situação da Rotunda da A22, aquele era um processo que, tinha que confessar, lhe causava um enorme transtorno. Tratava-se de uma luta que já vinha do tempo de Jorge Botelho, praticamente na altura em que tinha deixado de exercer funções como Presidente de Câmara ou talvez antes. Tinha aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara o protocolo remetido pela IP, tripartido entre a Câmara Municipal, a IP e as Rotas do Litoral que era a concessionária. Todos os vereadores que ali estavam presentes o tinham aprovado, tinha sido assinado por ela própria e remetido à IP, todavia nunca mais tinha sido devolvido. Com aquele protocolo era passada a competência para a Câmara Municipal executar a empreitada que presentemente não tinham competência o fazer, que como tinha dito já estava contratada, mas tinham falado com o empreiteiro porque a estavam a suspender. Entretanto o empreiteiro já tinha adquirido as luminárias que iriam ter que pagar. Tinha falado com a IP e depois de vários esforços, da parte deles parecia existir um conflito com as Rotas do Litoral e, portanto, não iriam assinar o protocolo que não estando assinado a Câmara Municipal não tinha competência para executar a empreitada podendo ela própria incorrer em alguns problemas. Assim, muito possivelmente iriam resolver o contrato porque ninguém estava a colocar em primeiro lugar as pessoas a não ser a Câmara Municipal de Tavira que considerava que a situação atual da Rotunda constituía um perigo, todavia a IP seria a responsável se alguma coisa de mal acontecesse naquele local. _____

___ Acrescentou que não conseguia perceber a atitude da IP que já lhes tinha manifestado por diversas vezes, por telefonemas, por cartas, mas para sua grande tristeza iria continuar como estava, não conseguindo perceber a atitude e era realmente uma frustração. _____

___ Quanto à empreitada de requalificação da Estrada de Santo Estevão já tinha assinado o relatório preliminar cujo procedimento estava em curso, seguindo-se o relatório final, o contrato, o envio para Tribunal de Contas, o que deveria demorar ainda mais de dois meses. Posteriormente ainda teriam que aprovar o plano de segurança pelo que talvez dentro de três meses pudessem ter obra. _____

___ Relativamente à petição para a ponte de Cabanas pensava que precisava de um estudo de impacte ambiental porque as praias do concelho eram todas ilhas barreira, não propriamente praias que permitissem grandes capacidades de carga o que era visível pelos números máximos de lotação de cada praia que a APA tinha estabelecido tendo, por exemplo, Monte Gordo com doze ou treze mil pessoas e a Ilha de Tavira com cerca de quatro mil e quatrocentas. _____

___ Pensava que uma ponte teria algum impacto pois possibilitaria que as pessoas chegassem à praia muito mais facilmente o que traria problemas acrescidos. Numa primeira análise não seria favorável, mas considerava que aquela questão tinha mesmo que ser alvo de um estudo de impacte ambiental, aquela sim e não a outra que todos o tinham pedido, mas embora não fosse técnica daquela área, pensava que teria algum impacto. Acrescentou que uma praia que estivesse acessível durante todo o dia e toda a noite causava também alguns problemas que todos sabiam quais eram. _____

___ Quanto aos motivos oficiais que levavam a Administração Regional de Saúde do Algarve, IP (ARS) a não abrir o Posto de Socorro, os postos de socorro eram criados por protocolo entre a ARS e a Cruz Vermelha. No presente ano tinha sido a ARS a efetuar os procedimentos tendo lançado um procedimento para a contratação de sete enfermeiros dos quais pensava que apenas tinham ficado dois ou três, não tendo conseguindo preencher os sete lugares a concurso, que pensava apenas conseguiria a partir do dia seis de agosto. A ARS tinha entrado em contacto com o Vereador João Pedro Rodrigues, que tinha sinalizado como interlocutor daquela questão, comunicando que apenas conseguia disponibilizar, pensava que era duas pessoas, pelo que o Executivo tinha escolhido as praias que pensavam estar menos servidas, Cabanas e Terra Estreita, sendo que na Ilha de Tavira tinham os Bombeiros Municipais em permanência pelo que tinham pensado que daquela forma estariam melhor servidos. No corrente ano tinham um novo transporte para se deslocarem, pelo que não havendo pessoas para todas as praias, conseguiam cumprir naquelas duas e na Ilha de Tavira com os bombeiros municipais. Pensava que a partir do dia seis ou sete de agosto o problema estaria resolvido sendo que o motivo tinha sido o facto das vagas a concurso não terem sido totalmente preenchidas. _____

___ Circulava na *internet* o início da obra de um parque de diversões no Município de Tavira, pois ela não tinha conhecimento de qualquer processo embora já a tivessem questionado. Em termos de ocupação de via pública não tinham conhecimento, em termos de obras teria que questionar o Vereador João Pedro Rodrigues que não tinha podido estar presente e ela tinha-se esquecido de lhe perguntar, mas voltaria ao tema, no entanto não tinha qualquer conhecimento. _____ .

___ **O Presidente da Assembleia Municipal** passou às questões do cidadão Hugo Barreiro que também tinha feito uma sugestão que passava a mencionar: _____

___ *“Está prevista, e se sim para quanto, a requalificação da Rua Almirante Reis, no troço entre a rotunda balseense e a rotunda do centro comercial Gran-Plaza? Como sabemos em quase toda a totalidade desse troço não existe passeios condignos para que os peões circulem em segurança. Postes de iluminação que já têm décadas. É uma das principais entradas da cidade. Faz falta para além dos passeios, postes modernos, árvores que proporcionem sombra, e não esquecer que a ecovia passa por aquele local, o que é extremamente perigoso para os ciclistas. Ou se cria uma futura requalificação, uma pista para velocípedes, ou terá que ser pensada uma alternativa que passe por trás do campo do Ginásio.* _____

___ *Por que razão, das inúmeras entradas que a cidade tem, só uma rua, a de Santa Margarida tem a placa de entrada e saída da cidade? Não é tempo de colocar sinais de início e fim de localidade em todas as entradas da cidade?”* _____

___ Passando à sugestão: _____

___ *“Sugiro a colocação de uma passagem pedonal superior que atravessasse a EN125 na Rua de Santo Estêvão. Como se sabe, encontra-se do outro lado da via, uma superfície comercial com muita afluência de pessoas, muitas delas deslocam-se pelo seu próprio pé, e muitas colocam as suas vidas em risco ao atravessar essa mesma via. Uma passadeira, não me parece que seja a melhor solução, pois teriam que ser colocadas lombas antes da mesma, e penso que não será esse o objetivo. Daí achar que a passagem pedonal superior fosse a melhor solução.”* _____

___ Aquelas eram as questões e sugestão que o munícipe colocava e que era todas para resposta da Câmara Municipal. _____

___ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente à requalificação da Rua Almirante Reis, estava prevista, mas não tinha ideia que o projeto já estivesse completamente finalizado, todavia o que pretendiam era proceder à execução de passeios condignos e também resolver a questão da ciclovía. Estava prevista e era importante porque se tratava de uma entrada da cidade, tal como a Rua dos Mouros que também estava prevista e teria que ser requalificada. _____

___ O Munícipe dizia que as entradas e saídas da cidade deveriam de ter uma placa que apenas existia na Rua de Santa Margarida. Confessava que nunca tinha reparado mas passava o assunto ao Vereador para ficar atento e obviamente transmiti-lo à Divisão de Equipamentos e Mobilidade para que pudessem ir aos locais e verificar se as placas de entrada e saída estavam ou não, ou se estavam danificadas, e colocá-las, o que pensava que fazia todo o sentido. _____

___ Relativamente à passagem pedonal, também concordava, mas não podia deixar de dizer que a competência era da IP e sobre o que já tinham pugnado muitas vezes. Pensava que o Vereador José Manuel Guerreiro, até mais que ela própria, em várias reuniões, em várias comunicações, tinha

expressado a necessidade de uma ponte pedonal superior naquele local. A Freguesia de Tavira também tinha efetuado as mesmas comunicações insistindo junto da IP porque todos reconheciam a perigosidade do local. _____

___ **O Deputado Municipal José Mateus**, Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, disse que o tinha feito, até muito antes da superfície comercial estar naquele local, para a população de Santa Margarida e todas as pessoas que moravam do outro lado da EN125. _____

___ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que presentemente, com a superfície comercial, muitas pessoas se deslocavam para o outro lado o que aumentava ainda os atravessamentos e era perigoso. Aquela tinha vindo a ser uma insistência muito grande mas possivelmente também não poderiam pedir à IP as competências porque poderiam tê-las mas depois não conseguiriam fazer a obra. _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que já tinham percebido as dificuldades quanto à IP. _____

___ Passou às últimas questões, do Cidadão Hugo Lopes que eram as seguintes: _____

___ «Quais as medidas que estão a ser tomadas pelo Município para a abertura das escolas a partir de Setembro, sabendo que a nova vaga do Covid19 pode iniciar nessa altura? Está prevista a contratação de mais recursos humanos para a vigilância das crianças? _____

___ Está prevista alguma ajuda financeira extra aos clubes desportivos ainda este ano derivada à Pandemia? _____

___ O Governo anunciou quatrocentos milhões de euros para a compra de computadores no próximo ano letivo. Sabendo que o Município comprou duzentos e trinta e nove tablets e sessenta e oito computadores para crianças desfavorecidas antes deste anúncio, é possível assegurarem que agora todos os alunos terão direito, em forma de empréstimo, a um computador ou tablet e um router com acesso à internet, caso precisem? _____

___ Qual a opinião da Senhora Presidente sobre a utilização das redes sociais, por alguns funcionários do Município, para colocar e comentar posts pessoais e políticos em horário de expediente? Quais as sanções a aplicar para quem abusivamente faz delas uso, sabendo que podem configurar uma verdadeira violação dos deveres de zelo, empenho e diligência previstos no art.º 128 do Código do Trabalho? _____

___ O Município está a tomar algumas medidas preventivas para a economia local relativamente à grave crise financeira que se adivinha para os próximos tempos? _____

___ Para quando a reabilitação e requalificação da Rua José Joaquim Jara, entre o Largo da Caracolinha e o Bar Matias, bem como das ruas do Restaurante Tonel, Aquasul, Bica, etc? _____

___ Para quando a retirada dos cadeados da "Ponte Romana" e a sua reabilitação e pintura?» _____

___ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente à abertura das escolas, provavelmente o Presidente da Assembleia enquanto Diretor do Agrupamento poderia responder melhor que ela, mas tendo estado presente nos conselhos gerais e sendo a Câmara Municipal responsável pelo pré-escolar e

1.º Ciclo, no que se referia à admissão de assistentes operacionais, como já tinha dito, tinham um concurso aberto para o preenchimento de cinco vagas que iriam reforçar com uma alteração ao mapa de pessoal aproveitando a reserva de recrutamento. _____

___ Tinha elaborado planos de contingência para todas as escolas do 1.º Ciclo que, obviamente, deveriam de ser atualizados com as medidas de limpeza reforçadas, os circuitos de entrada e saída e contava que na parte mais pedagógica fosse considerada a questão de possíveis desfasamentos de horários, entre outras, para evitar muitas pessoas a entrar e sair. No dia anterior não tinha tido oportunidade de participar no conselho geral do Agrupamento Dr. Jorge Augusto Correia porque estava noutra reunião, mas pensava que seria uma realidade. Podia dizer que os senhores professores e o senhor Diretor estavam bastante preocupados com aquela situação e portanto estavam a tentar mitigar todos os riscos possíveis. Tinha estado no conselho geral do Agrupamento Dom Manuel I que também estavam a trabalhar para tentar desfazer os horários, pelo que pensava que a questão estava respondida. _____

___ Quanto a uma ajuda financeira extra, pensava que os todos os clubes tinham recebido apoios e alguns até um pouco mais do que o valor do ano anterior, sendo que, obviamente, se lhes fizessem chegar a necessidade de que precisavam um reforço do apoio com as devidas evidências ali estavam para ouvir, para avaliar e para o fazer, todavia considerando que muitos tinham tido a época desportiva parada, não lhe parecia que tivessem tido custos acrescidos, mas podia estar enganada, pois não tinha a intenção de ser a dona de toda a verdade. _____

___ O Governo tinha anunciado os quarenta milhões para as compras, desconhecendo ainda como se iria proceder pois não tinha qualquer informação não sabendo se os agrupamentos já tinham. No dia anterior não tinham falado sobre aquele assunto desconhecendo se a verba viria diretamente do Governo, como seria efetuado, sendo que o que a Câmara Municipal podia dizer era que os que ela tinha adquirido estavam nos agrupamentos, tinham sido emprestados, podendo os agrupamentos fazer uso total da forma que entendessem mais adequada aos seus alunos e os que tinham mais necessidades. _____

___ Quanto à sua opinião sobre a utilização das redes sociais por alguns funcionários, era de opinião que não o deviam de fazer, se o faziam, obviamente que a sanção era a abertura de um procedimento disciplinar tendo que ser investigados, tendo o processo que ter um instrutor. Disse que naquelas questões era preciso ter-se provas e que os funcionários tinham pausas durante quinze minutos de manhã e de tarde e, portanto, teriam que verificar se o estavam a fazer naquelas pausas ou não. Apesar de presentemente não estar a acontecer, há algum tempo atrás os horários dos funcionários eram desfasados porque os serviços mantinham-se abertos à hora do almoço, o que não acontecia tanto presentemente por o atendimento estar no rés-do-chão com horário contínuo. Reiterou que todos tinham uma pausa de quinze minutos de manhã e à tarde e a respetiva hora de almoço sendo que umas

peessoas iam almoçar mais cedo outras mais tarde, pelo que era preciso ter atenção a todas aquelas questões. _____

___ Concluiu dizendo se o cidadão Hugo Lopes tinha provas, teria que as fazer chegar. _____

___ Relativamente às medidas preventivas, estavam preocupados com a economia local. Naquele mesmo dia tinham tido uma reunião de vereadores e estavam a pensar verificar se conseguiam, de certa forma, porque não tinham uma competência ao contrário das competências da área social que lhes tinha possibilitado ajudar muitas pessoas, alguns agregados, porque o apoio aos privados não podia ser efetuado apenas com a aprovação do Órgão Executivo e, portanto, estavam a tentar criar um Regulamento para podermos ajudar sendo aquelas as medidas que se propunham mas esperavam que também o Governo pudesse auxiliar os pequenos empresários. _____

___ Quanto à requalificação da Rua José Joaquim Jara, o que no imediato estava previsto, até porque fazia sentido com a nova ponte, era a requalificação das margens que tinha uma parte do jardim, que não iria ser atravessado, já existindo um projeto de alteração, de requalificação, da Rua do Cais, do qual posteriormente também faria parte a requalificação da outra margem, desde a Ponte Romana até à bomba de gasolina. O projeto encontrava-se em estudo prévio não tendo ainda todas as especialidades. Não sabia exatamente, mas pensava que entre o Largo da Caracolinha e o Bar Matias era a calçada e a Rua do Restaurante Tonel era a pavimentação que também estava gasta. _____

___ Acrescentou que registava e, obviamente, iriam olhar para aquelas questões, sendo que a da calçada seria mais difícil mas a Rua do Restaurante Tonel pensava que poderiam avançar. _____ .

___ Relativamente à retirada dos cadeados da ponte e a reabilitação da pintura já ali tinha dito que estavam a tentar verificar se também reabilitavam a iluminação da ponte sendo que a ideia era que depois de decidirem a iluminação pudessem também proceder à sua pintura. _____

___ Quanto à retirada dos cadeados provavelmente, ao contrário de algumas pessoas, ela achava-lhes alguma piada, todavia com a requalificação tinham que ser retirados até porque seria necessário pintar o gradeamento o que aconteceria quando fizessem a iluminação que estavam a tratar. A ideia era que quer a iluminação da ponte, quer a do jardim fosse requalificada até porque os candeeiros do jardim também precisavam de ser reabilitados e que pudessem ser incluídos nos projetos que estamos a desenvolver para as margens. _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu as respostas exaustivas a todas aquelas questões e dizendo que tinham chegado ao fim, gostaria apenas, porque não o tinha feito na altura, que a Presidente da Câmara Municipal se referisse aos *souvenirs* que cada um dos deputados municipais tinham e que estavam relacionados com os quinhentos anos da cidade. _____

___ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tratava do *merchandising* e as prendas que tinham previsto para os convidados do dia dezasseis de março que era o Dia da Sessão Solene Comemorativa que, como todos sabiam, tinha sido cancelada, e que por acaso até pensava ter sido o primeiro dia da

declaração de Estado de Emergência, que também iria ficar para a história por aquela razão, porque nos quinhentos anos da cidade tinham tido uma nova pandemia. _____

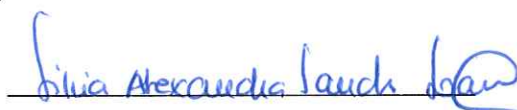
___ Como não tinham sido entregues naquela data e na última Assembleia Municipal tinha-se esquecido, estavam a entrega-los naquele dia, com muito gosto e o orgulho que deviam de ter na sua terra, nos quinhentos anos de história e tudo o que os seus antepassados tinham feito para chegarem ao presente com uma terra linda, uma cidade. _____

___ **O Presidente da Assembleia Municipal** desejou boas férias aos deputados municipais que as tinham e disse que se iriam encontrar, se não fosse daquela forma presencial seria à distância porque já lhes era permitido. Pediu para que se tivessem oportunidade e tempo lhe fizessem chegar as sugestões sobre o modo que gostariam de realizar a Assembleia Municipal, que podia ser de ambas as formas, pelo que gostava de ir ao encontro das propostas. Na sua opinião talvez por se tratar do mês de agosto fosse mais fácil realizarem a sessão à distância porque independentemente dos deputados e deputadas municipais estarem de férias poderiam estar presentes mesmo os que estivessem nas Caraíbas, mas de qualquer modo aceitava as sugestões tendo ainda alguns dias para pensar. _____

___ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


José Otílio Pires Baia


Sílvia Alexandra Sanches Soares


Maria José Dias Palma Simão Mestre

Recomendação
Declaração de Interesse Público

Ocupação de solos com prédio rústico de apoio à atividade aquícola - Arroiteia

Handwritten signature and initials in blue ink.

Considerando que:

- De acordo com o n.º 1.º do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, podem ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- De conformidade com a alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo, cabe à Assembleia Municipal do Concelho onde se pretende realizar a ação a emissão de declaração comprovativa de que um projeto é considerado de Interesse Público Municipal;
- Ao abrigo da referida lei, a Edulis – Comércio de Peixe e Marisco, Lda. dirigiu requerimento à Assembleia Municipal de Tavira a solicitar uma declaração de interesse público com os seguintes fundamentos:
 - a) A Edulis – Comércio de Peixe e Marisco, Lda. dedica-se à produção de ostras, sendo titular de licença de atividade aquícola na Ria Formosa. No ano 2018 apresentou os seguintes resultados:
 - Volume de negócios - € 511.259,00;
 - Passivo - € 359.377,00.
 - b) A empresa é constituída por seis postos de trabalho, dos quais um gerente francês e cinco funcionários portugueses;
 - c) De acordo com o programa do Governo, a aquicultura constitui uma das áreas da economia do mar a desenvolver constando na Estratégia Nacional para o Mar como uma das áreas de maior necessidade de desenvolvimento;
 - d) Portugal é o terceiro maior consumidor mundial de peixe e não tem capacidade para pescar, nem recursos que permitam a satisfação das necessidades, pelo que se torna necessário inverter a balança de importações desenvolvendo a atividade para a qual tem condições únicas, como é o caso da Ria Formosa;
 - e) A Edulis é proprietária de um prédio rústico na Arroiteia, localizado defronte às áreas licenciadas e que serve de apoio à atividade que desenvolve;

- f) Foi-lhe instaurado um processo de contraordenação, devido ao facto do prédio rústico, de acordo com as plantas do Plano Diretor Municipal, Planta de Ordenamento e de Condicionantes, se inserir em solos da Reserva Ecológica Nacional, Faixa de Proteção Lagunar, Reserva Agrícola Nacional e em área do Plano de Ordenamento da Orla Costeira VRSA, espaços agrícolas, e que nos termos do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, o terreno não poder ser usado para apoio à atividade aquícola, visto não constar especificamente no artigo 22.º do mesmo diploma, tendo sido por isso condenada a liquidar a multa;
- g) A Edulis solicitou um parecer prévio para o uso do prédio para o desenvolvimento da sua atividade, o que foi recusado com o fundamento de não constar especificamente no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março;
- h) A Empresa tentou encontrar prédios alternativos para apoio à sua atividade que não foi possível por ou se encontrarem na RAN ou por estarem demasiado distantes das áreas licenciadas, o que tornaria a atividade aquícola difícil de manter;
- i) A Edulis está presentemente sem poder exercer a sua atividade devidamente, uma vez que não pode utilizar o prédio de apoio à aquicultura o que lhe causa graves prejuízos financeiros, pondo em risco a viabilidade do seu projeto e postos de trabalho;
- j) Sem aquele prédio as soluções possíveis para a empresa poder utilizar aquele espaço prendem-se com o facto do terreno onde se situa, deixar de estar integrado na Reserva Agrícola Nacional, ou a título excecional por motivo de interesse público, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei 73/2009, de 31 de março *"podem ser autorizados, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área de desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN"*, possa ser permitido utilizar aquele terreno para apoio à atividade aquícola mesmo continuando integrado na Reserva Agrícola Nacional.

Na sequência do requerimento apresentado, foram solicitados pareceres à Câmara Municipal, que resultaram no seguinte:

Nos termos do artigo 45.º do Plano Diretor Municipal, a parcela pertence à Área Preferencial, solos da Reserva Agrícola Nacional e à Área de Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento; do Parque Natural da Ria Formosa, é área terrestre de Proteção Complementar Tipo I; da Rede Natura 2000, insere-se na Zona de Proteção Especial - Ria Formosa, e nos Sítios de Importância Comunitária – Ria Formosa/Castro Marim.

A parcela insere-se ainda nos Espaços Florestais – Matos constantes no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e, de acordo com a Carta de Perigosidade de Incêndio, em zona de Muito Baixa Perigosidade de Incêndio em Espaços Florestais, todavia de acordo com o mesmo Plano as novas edificações no espaço florestal fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar na sua implementação no terreno os seguintes aspetos:

- a) As novas edificações ou ampliações de edifícios existentes em espaço florestal (floresta matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas), ou com ele confinante, fora das áreas edificadas consolidadas, devem salvaguardar, na sua implantação, a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medidos a partir da alvenaria exterior da edificação;
- b) Qualquer intervenção no local fica sujeita à emissão dos pareceres favoráveis por parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, do Instituto de Conservação da Natureza e das Floresta/Parque Natural da Ria Formosa, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, da Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), e Entidade Regional da Reserva agrícola Nacional.

Assim, coloca-se à consideração da Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão de 30 de julho de 2020:

1. Reconhecer o Interesse Público Municipal na ocupação de solos classificados como Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional no sítio da Arroteia com vista à pretensão de legalização ou de construção para o uso pretendido, na localização em questão, que todavia por si só não garante o necessário enquadramento nos instrumentos de gestão territorial municipais em vigor.
2. Dar conhecimento da deliberação à requerente e à Câmara Municipal.

Paços do Concelho, 30 de julho de 2020

O Presidente da Assembleia Municipal


José Otilio Pires Baía



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

RECOMENDAÇÃO

Pela requalificação do Centro de Experimentação Agrária de Tavira

Considerando que o Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT) detém, através das várias coleções de espécies arbóreas, um património único no País e que deve ser salvaguardado como ponto de referência de Tavira e do Algarve.

Considerando que o CEAT necessita de uma recuperação profunda para manter a sua capacidade de investigação e manutenção, valorizando assim o seu património e consequentemente o concelho de Tavira e a região do Algarve.

Considerando que os recursos humanos e materiais existentes no CEAT são verdadeiramente insuficientes para o cabal cumprimento da sua nobre missão, prevendo-se com preocupação o agravamento deste cenário caso nada seja feito para inverter esta tendência.

Considerando que a Dieta Mediterrânica foi inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO) em 2010 por Espanha, Itália, Grécia e Marrocos e que a classificação foi estendida a Portugal, Chipre e Croácia a 4 de dezembro de 2013, sendo o concelho de Tavira selecionado como comunidade representativa de Portugal pelo relevante trabalho desenvolvido na investigação, preservação e valorização das práticas agrícolas, das tradições rurais e do receituário gastronómico associado.

Considerando que o CEAT pode potenciar a oferta educativa, formativa e turística do concelho de Tavira, através da plena dinamização das infraestruturas existentes, conjugada com a

operacionalização do Plano de Atividades 2018-2021 para a Região do Algarve para a Salvaguarda da Dieta Mediterrânica.

Considerando a estratégia política dos XXI e XXII Governos Constitucionais que estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, bem como a eficiência e eficácia da gestão da coisa pública e a preservação e valorização dos seus ativos patrimoniais materiais e imateriais.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de julho de 2020, delibera:

1. Apelar ao Ministério da Agricultura, no âmbito das suas atribuições e competências, para:
 - a) Estabelecer um plano de investimentos e de reforço dos recursos humanos, com objetivo de recuperar o Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT), com carácter de urgência e em articulação com o Município de Tavira.
 - b) Promover a instalação e dinamização do Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica no CEAT, com o objetivo de o mesmo se tornar um centro de excelência quanto à investigação ambiental, agrícola e florestal, qualificação de recursos humanos e sensibilização das populações, no contexto do Plano de Atividades 2018-2021 para a Região do Algarve para a Salvaguarda da Dieta Mediterrânica, em estreita articulação com as entidades públicas e privadas que constituem o Centro.
 - c) Dinamizar e apoiar a criação, no CEAT e em parceria com o Museu Municipal de Tavira, da Quinta da Dieta Mediterrânica e de um Núcleo Museológico predominantemente dedicado à Agricultura e ao Mundo Rural do Algarve, das suas espécies arbóreas, da maquinaria e das práticas agrícolas, rentabilizando o trabalho de investigação desenvolvido para as exposições “Cidade e Mundos Rurais – Tavira e as sociedades agrárias” e “Dieta Mediterrânica – Património Cultural Milenar”.
 - d) Estudar e desenvolver, em articulação com o Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e, em especial, com o Centro Ciência Viva de Tavira, um programa regular de atividades de sensibilização e envolvimento dos diferentes

públicos para as temáticas do desenvolvimento sustentável, da inovação científica e da transição digital no Mundo Rural, numa perspetiva regional e transfronteiriça.

2. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, ao Ministério da Agricultura, às entidades que integram a Comissão Regional da Dieta Mediterrânica e o Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica, à Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e ao Centro Ciência Viva de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.